

DESVENDANDO O UNIVERSO SIMBÓLICO DO CONDOMÍNIO PENÍNSULA, BARRA DA TIJUCA – RJ

Anwar Naciff Elwasiaa¹

Resumo

O presente trabalho tem como recorte espacial o condomínio Península, localizado no Bairro Barra da Tijuca, baixada de Jacarepaguá, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Nosso objeto de estudo em questão é a *paisagem*. Com base em uma abordagem cultural desta categoria analítica da geografia e entendendo-a, assim como Berque (2004), como fruto de uma ou mais culturas que, em um dado momento, deixa suas “marcas”, buscamos, primeiramente, identificar os indivíduos – ou de certa forma, culturas – responsáveis pelo ato de “grafar” e, principalmente, pela criação de certos “objetos”. Estes, por sua vez, irão se tornar em diversos “símbolos”, estando de acordo com àqueles que os “lêem”. Dessa forma, buscaremos também entender as intencionalidades por detrás da “edificação” desses “símbolos”. Além disso, tentaremos identificar quais são os “símbolos” contidos nos objetos da paisagem deste condomínio. Por fim – mas não acabando por aqui – objetivamos defender a idéia de que as paisagens, assim como do nosso recorte espacial, são construções sociais, aonde se pode projetar nela um imaginário.

Palavras-chave: Paisagem; Cultura; Símbolos; Condomínios

(In)compreendendo a origem da Península

O nosso recorte espacial, atualmente localizado na Barra da Tijuca, bairro da zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, é fruto de um grande projeto empreendedorista da construtora Carvalho Hosken (anos 80), assim como também, de um intenso processo de especulação imobiliária ao qual se “determinara” o prolongamento da

¹ Graduando em Geografia. Bolsista do PET-GEO da PUC-Rio Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: Anwar.naciff@yahoo.com.br

“parte rica” da cidade do Rio de Janeiro (até então na zona Sul) para o bairro de São Conrado e Barra da Tijuca. Esse processo especulativo não acontece ao acaso. Na verdade ele vai ao encontro, principalmente, dos interesses do Estado na constituição de um lugar “à parte da cidade”, devendo apresentar-se com filosofia própria, calculado, medido, ordenado – lembremos do projeto urbanístico elaborado pelo arquiteto Lucio Costa para a baixada de Jacarepaguá –, voltado para uma classe social de maior poder aquisitivo (consumo). Destarte, para a materialização desse “magnífico ideário modernista”, ao qual a Barra da Tijuca faz parte, foi preciso a união de dois agentes produtores e modificadores do espaço: o Estado e o grande capital imobiliário. O primeiro atuando, inicialmente, na construção de um complexo sistema viário (estradas, viadutos, túneis, elevados); na implantação da infraestrutura urbana necessária e, principalmente, regulação, mediante um plano urbanístico, desse processo (Rezende e Leitão, 2003). Já o segundo focou seus olhos para a construção de grandes projetos (“condomínios fechados”), como por exemplo, a Península. Bom, posto o “pano de fundo” em relação à construção do condomínio Península, podemos passar as suas características, digamos... “peculiaridades”.

A construção/marketing da Península se deu sob os “gritos imobiliários” de preservação do “verde”, da fauna, vida ao ar livre, dentre outros chamarizes comerciais. Segundo informação contida no site da construtora Carvalho Hosken (ver bibliografia) a prioridade, desde o início, fora a reversão de um processo de degradação ambiental na área para com o ecossistema de restinga e manguezal. Segundo o mesmo site esses dois ecossistemas (no momento de compra do terreno e em sequência, construção do condomínio) encontravam-se em situação crítica, no qual não havia sinais de restinga e somente resquícios do manguezal. A construtora alega ainda que investiu maciçamente na reintrodução da flora e fauna nativa. Todavia, não é nosso objetivo aqui julgar a validade das informações dadas pela construtora acerca da recuperação ou não desses ecossistemas. O que nos cabe é constatar e afirmar que a paisagem do condomínio Península, com base no seu “espectro natural”, exerce um poder simbólico naqueles que moram ou pretendem morar no local, tornando-se ferramenta de marketing, venda, consumo e objeto de desejo. Temos assim mais um novo produto – no caso a paisagem fetichizada sob o símbolo de natural – dentro de um sistema de sobreposição de lucros. Dadas as nuances, passaremos de fato ao nosso objeto e nossos objetivos propriamente ditos inicialmente.

A paisagem como ela é: híbrida e social

A paisagem, entendida aqui como conceito geográfico, foi, ao longo do tempo, colocada de lado em relação à outros conceitos da geografia, como por exemplo, espaço, lugar, território e região. Entretanto, conforme nos aponta Corrêa e Rosendahl (2004), após 1970, verificou-se a retomada do conceito, tendo agora diferentes e novas acepções, oriundas de outras matrizes epistemológicas. Isto possibilitou que o conceito de paisagem assumisse um novo caráter – mais complexo e diverso – dentro dos estudos geográficos. Assim como o conceito de espaço geográfico, a paisagem passou a apresentar simultaneamente diversas dimensões (simbólica, espacial, política, morfológica, histórica, dentre outras). Logo, também da mesma forma que o conceito de espaço, falar de paisagem fica cada vez mais difícil. Todavia, o fato de nos depararmos com a “complexidade” não significa que devemos deixá-la de lado, evitando o debate e discussão ao seu respeito. Pelo contrário, necessita-se que cada vez mais tentemos lidar com aquilo que é “complexo”, “plural”, “diverso”, mesmo que a compreensão não chegue à uma totalidade, visto que ela está em constante movimento, conforme já nos apontou Santos (2008).

Em “Paisagem, Imaginário e Espaço” (2001, p.22), Maria Tereza Duarte Paes afirma que as paisagens não existem *a priori*, como um dado da natureza, mas somente em relação à sociedade. Segunda ela, as paisagens são construções sociais. Ora, a paisagem só pode ser entendida como tal a partir da “visão” da sociedade. É ela que lhe atribuiu significados, valores, e é para ela mesmo que estes irão posteriormente se desdobrar em novos significados, símbolos, valores. A paisagem, sem a dimensão do Ser, não existe em si.

Carl Sauer (apud Corrêa e Rosendahl, 2004), em 1925, definiu a paisagem geográfica como resultado da ação da cultura, ao longo do tempo, sobre a paisagem natural. Esta definição, apesar de extremamente válida, nos leva a entender que existiria uma paisagem, neste caso natural, preexistente, independente da atuação humana. Contudo, essa compreensão, para o nosso entendimento, se torna errônea, haja vista que quem define a paisagem como natural ou não é justamente a sociedade. Dessa forma, seria mais válido e elucidativo falar que a paisagem geográfica é fruto da ação de uma ou mais culturas, em correlato com as dinâmicas naturais da terra que propiciam a formação de certos “objetos naturais”. Sendo assim, temos dentro do processo de formação de uma paisagem, a ação conjunta entre “forças sociais” e “forças naturais”,

cada uma em um grau maior ou menor de atuação e influencia. Todavia, a definição e caracterização da paisagem será sempre por e a partir da sociedade. A dimensão natural atua no processo formativo da paisagem, mas não a define, muito menos atribui significados e/ou valores. A paisagem é assim “(...) carregada de natureza e cultura, de processos naturais e sociais...” (Paes, 2001, p.21). Ela é socialmente (re)construída. Nesse processo o “sócio” e o “natural” caminham de maneira “indissociada”.

A afirmação de que a paisagem é uma construção – podendo a vir ser reconstruída – social não significa retirar a importância dos processos naturais na sua formação. Mas o importante é evidenciar que existe uma diferença entre os que formam (processos naturais e sociais) e entre os que constituem a paisagem como tal – sociedade.

Dentro desse delineamento da nossa própria acepção de paisagem, abre-se espaço para Augustin Berque, geógrafo francês, que trabalha com a idéia de que a paisagem é simultaneamente “marca”, ou seja, fruto daquilo que a sociedade imprime na superfície terrestre, e também é “matriz”, pois possibilita condições para existência e atuação humana.

Com base nessa visão, podemos acreditar que o nosso objeto de estudo, a paisagem do condomínio Península, seja uma “marca” de uma dada cultura, mas que ao mesmo tempo constitui matrizes para a sua atuação e reprodução. Mas quem seriam os agentes responsáveis pelo ato de “marcar”, “grafar” o nosso objeto?

Com base na própria história (ver item (In)compreendendo a origem da Península...) do condomínio podemos identificar dois agentes iniciais. O primeiro o grande capital imobiliário, representado aqui pelos construtores da Carvalho Hosken e, em segundo, o Estado.

O primeiro agente volta-se para constituição de uma “paisagem privilegiada”, repleta de “atrativos” (grande área verde, jardins, lagos, quadras de esporte, segurança, eventos internos, tranquilidade, transporte, contato com a natureza, prédios com arquitetura “pós-moderna”, e etc.) para uma parcela da população que possui a capacidade de escolha – mesmo que “direcionada” – de onde viver dentro da cidade, haja vista que seu desejo, em grande maneira daqueles que procuram por condomínios fechados, é viver em uma “parte” da cidade, e não nela como um todo.

Isso leva a autores como Bauman a dizer, em seu livro “Confiança e Medo na Cidade” (2009, p.39), que muitas vezes, morar em condomínios fechados significa estar

fisicamente na cidade, mas socialmente e idealmente fora dela. A busca é pela “reclusão” em único mundo (“o meu” e dos “meus semelhantes”), aonde a “homogeneidade” de uma classe social seja a principal característica. A realidade – no caso a da cidade, dura e cruel – é vivida e percebida por uns, refiro-me aos que estão “fora” dos condomínios. Já os que estão “dentro” vivem, em sua maioria, em “próprios mundos”, “próprias cidades”.

Essa busca pelo “autoenclausuramento” pode ser vista como fruto do que o próprio Bauman coloca em seu livro, o medo. Este se refere à perda de coisas materiais, da violência urbana, mas acima de tudo, medo do reconhecimento do “Outro”. Integrar-se com o “Outro”, o “diferente”, é em suma maioria visto como algo perigoso, inseguro. Com base nesse sentimento, mas não unicamente, o grande capital imobiliário, assim como as construtoras, vão ganhando campo em meio aos “confrontos” nas cidades ditas “modernas”. Assim, a lógica de viver em “condomínios fechados” vai ganhando força no imaginário social. Um meio de reforçar esse imaginário é criar objetos, “marcas” que se constituem como símbolos para a sociedade. Os “atrativos” mencionados anteriormente são criados com intencionalidade, buscando atingir a vida daqueles que moram e passam pelo local.

De maneira a exemplificar o poder simbólico existente nos objetos da paisagem do condomínio Península, cita-se as cancelas e guaritas situadas nas duas entradas do condomínio. Ao tentar entrar com qualquer veículo automotor na Península, você será parado e perguntado se é morador ou não e para onde está indo. Tal fato estaria tudo bem se não estivéssemos falando de uma entrada pública, logradouro que por lei não pode ser privatizado. Sendo assim, qualquer cidadão que não esteja cometendo algum crime tem o direito de aplicar o seu “ir e vir” sem qualquer constrangimento. As ruas, áreas comuns (incluindo parques, jardins e quadras) não pertencem ao condomínio Península, portanto são locais públicos, de livre uso e direito de qualquer cidadão. Portanto a prática de fechamento de logradouros para instalação de guaritas e cancelas é arbitrária, tendo como finalidade, para o morador, a constituição de um local “seguro”, “exclusivo”, “status social”, “meu e não seu”. Já para o transeunte a paisagem se apresenta como “proibida”, “parte de um mundo diferente do meu”.

Temos aí posto, em um simples exemplo, o quanto a paisagem pode representar coisas diferenciadas para diferentes indivíduos, estando de acordo com a “leitura” de cada um. Além disso, percebemos que as “marcas” (como a cancela e guarita) deixadas

na paisagem não são fruto do acaso, mas sim de intencionalidades provenientes de uma dada cultura.

Gosgrove (2004), nos fala de paisagem de cultura dominante e alternativa. Tomando o nosso objeto de estudo, a paisagem da Península, podemos afirmar que ela faz parte de uma cultura que tenta se colocar como dominante, produzindo paisagens de acordo com o seu mundo e projetando-o para a realidade de todos. Esse processo não se dá amigavelmente, pelo contrário, implica um processo de subjugação social tremendo, aonde a “visibilidade” de “um” é posta em detrimento à “visibilidade” do “outro”.

Dessa forma, podemos afirmar, assim como Paes (2001, p.13 e 14), que a paisagem permite que a sociedade dê concretude as suas representações simbólicas. Daí a importância de um olhar crítico e reflexivo acerca das paisagens. Os símbolos contidos nos seus objetos são variados e, muitas vezes, não perceptíveis à todos.

O segundo agente responsável pelo ato de “grafar”, pela “edificação” de objetos que assumirão certos símbolos dentro da paisagem do condomínio Península é o Estado. Sua atuação não se dá diretamente, não é tão perceptível como do primeiro agente. Na verdade, a materialização das ações do Estado se dá pelo “negligenciamento”, abstendo-se de realizar certas funções.

Como se sabe, para a aprovação de qualquer projeto relacionado à construção civil é necessário que certas delimitações (parâmetros) impostas pela Lei (municipal, estadual ou federal) sejam cumpridas. Todavia, em certos casos de interesse mútuo entre os envolvidos, é possível que se faça algumas concessões. No caso da Península, o Estado, em relação à aprovação do projeto de construção do condomínio, “concedeu” à construtora Carvalho e Hosken o “direito” de cuidar de áreas públicas (ruas, calçadas, iluminação, quadras, jardins). Dessa forma, o Estado retira de si a obrigatoriedade de ter que cuidar e manter certos locais. Enquanto a construtora aproveita essas áreas (públicas) para incorporá-las dentro da lógica de compra/venda/marketing, além de poder “edificar” símbolos que trarão benefícios a si próprio e à sua lógica capitalista. É isso que acontece com o símbolo do “verde” e do caráter privado das áreas comuns dentro do condomínio.

Outros dois agentes inseridos no processo de “marcar” a paisagem da Península são os moradores e os transeuntes (incluem-se trabalhadores, prestadores de serviço). Como já dissemos anteriormente, os moradores, em sua maioria, compõem uma cultura que tenta projetar aos outros sua própria realidade – que no caso é o seu próprio mundo

–, tomando-a como parâmetro e tentando colocá-la em situação de superioridade, maior relevância. A maneira encontrada para isso é “grafando” a paisagem com diversos objetos carregados de simbolismo e significados. Aos transeuntes fica à compreensão da paisagem. Todavia, nem sempre se chega a um dado nível de compreensão, já que a paisagem da Península é em grande parte, “lida” de maneira que não se consegue escapar da sua própria “fetichização”. Assim, os transeuntes vêem a paisagem da maneira como querem que a veja. Em consequência, o que ocorre é um reforço das representações já existentes, quando na verdade o que deveria ser feito é aquilo que Duncan (apud Melo, 2001, p.41) nos demonstra, onde a paisagem pode servir à contestação do poder político, de modo que se busque uma maior equidade social.

A paisagem é uma construção mental (Tuan, 2005, p.12). Retirar as “amarras” do nosso imaginário permitirá “ler” a paisagem de modo a escapar do “fetiche” que a recobre. Uma “leitura” da paisagem é um exercício necessário quando se pensa em verdadeiras transformações.

Vivemos em sociedade marcada pelo espetáculo, pela ilusão, pela negação e obscurecimento da realidade. “Desvendar” essa sociedade se faz preciso. Atente-se para os símbolos contidos na paisagem, eles poderão dizer muito no que diz respeito aos problemas atuais.

A paisagem do condomínio Península que fica aqui é complexa, diversa, simbólica, híbrida e social. É ainda, parafraseando Tuan (2005, p. 41): “(...) reservatório de utopias...”

Referencias

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e Medo Na Cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BERQUE, Augustin. “Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural”. In: *Paisagem, Tempo e Cultura*. Org. Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. <http://www.carvalhosken.com.br/site/bairros-condominios-peninsula.aspx>

CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

GOSGROVE, Denis. “A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas.” In: *Paisagem, Tempo e Cultura*. Org. Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

MELO, Vera Mayrinch. “Paisagem e Simbolismo”. In: *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Org. Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001

PAES, Maria Tereza Duarte. “A (re)significação da paisagem no período contemporâneo”. In: *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Org. Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

REZENDE, Vera e Gerônimo LEITÃO. Plano Piloto para a Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, a Avaliação dos Ideais Modernistas Após Três Décadas. XVII Congresso Brasileiro de Arquitetos, Rio de Janeiro, 2003.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2008. 367 p.

TUAN, Yi-Fu. *Paisagens do Medo*. São Paulo: Unesp, 2005.